

Desafios e avanços da gestão ACRESSER



2º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais

Módulo de Trabalho, Formação e Serviços
Realizados e as Perspectivas para o Serviço Social



Ciclo de Debates em Direitos Humanos do CRESS/RS



CRESSINFORMA

VIOLENCIA DOMESTICA

VIOLENCIA DOMESTICA

VIOLENCIA DOMESTICA



ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Programação



CRESS

aberto inseguro

Mais de 11 mil mulheres buscam por um emprego em decorrência de abortos clandestinos. Conjuntos CRESS/CRESS discute pela despenalização da lei.

Central



CRESS

Garantir Direitos: um Dever do(a) Assistente Social



Assistente Social

Conteja melhor esse profissional que faz parte do seu cotidiano

Garantir Direitos: um Dever do(a) Assistente Social

Compartilhe esta informação com quem quiser



4º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais

Fortalecer as lutas sociais para romper com a desigualdade

■ Eleições no Conjunto: confira o calendário

PÁGINA 5

■ 30 horas: você pode ajudar na implementação

PÁGINA 8

■ Os destaques do 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS

PÁGINA 10

DIRETORIA

Presidente: Fátima R. Carlos Saikoski
Vice-Presidente: Márcia de Almeida Rodrigues
1ª Secretária: Luciane da Silva
2ª Secretária: Iandara Costa
1ª Tesoureira: Elisabete Ramos Glassmann
2ª Tesoureira: Carla Magali Capitanio
Suplentes:
Ilva Ina S. da Cunha; Thaisa Teixeira Closs; Denise Terezinha Z. Rossetto

CONSELHO FISCAL

Titulares:
Anahi Marques Melgaré; Márcia Bertuol;
Andréa Mantese Paul
Suplentes:
Ângela Maria Fenner

SECCIONAL DE CAXIAS DO SUL

Coordenadora: Eleni Raquel da S. Tsuruzono
Secretária: Genessy Gema Bertolini
Tesoureira: Marta Janete C. de Medeiros
Suplentes:
Viviane Guedes Tramontin; Daiane Cristina Lorandi; Jeanine Cavalcanti Jeremias

SECCIONAL DE PELOTAS

Coordenadora: Licelma Pontes Schaefer
Tesoureira: Elicia Rodrigues da Silva
Secretária: Sílvia Helena da S. Chaigar
Suplentes:
Maria Beatriz Reissig; Suzana Caetano Gonçalves;
Alisson Saggiomo Juliano

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Fátima Regina Carlos Saikoski
Jornalista Responsável:
Vanessa Martins – MTB/RS 11.584
Fotos: arquivo CRESS/RS, Stock.XCHNG, Stockxpert
Editoração: Jonas Furlan
Impressão: Gráfica e Editora Vitória Régia
Tiragem: 5.300 Exemplares

GRESS Informa:

Martinscomunic
Assessoria em Comunicação
vanessa@martinscomunicacao.com.br



Gestão

“Acresser – Avançando na Caminhada”

Rua André Belo, 452 - 1º andar
Menino Deus - Porto Alegre/RS
CEP 90110-020

Fone/Fax: (51) 3224.3935 / COFI - 3225-3618
cress10@terra.com.br

Opção ecológica - O CRESS/RS procura fazer a sua parte na luta pela preservação da natureza: adotamos o uso do papel reciclado em todas as publicações.

Preparamos para você um material muito especial, nesta que será a última edição do Jornal CRESSInforma da gestão. A significativa redução da receita de nossa entidade implica na necessidade de reduzir despesas em todas as áreas de atuação. Mesmo assim, estamos concentrados em cumprir com os compromissos que assumimos na posse da atual gestão e com as deliberações da assembleia geral da categoria. Com uma matéria especial sobre as principais ações desenvolvidas, buscamos mapear as diretrizes e os objetivos que nortearam nosso trabalho de valorização, defesa e aumento de visibilidade de nossa profissão e de nossa categoria. Com determinação e firmeza em nossas convicções estamos avançando, apesar das enormes dificuldades. Ampliamos significativamente nosso processo de descentralização por meio da criação de Nucess que visam organizar e mobilizar a categoria nas mais diversas regiões do Estado. Buscamos de forma incansável dar visibilidade à participação da categoria na consolidação dos direitos sociais e na construção e efetivação das Políticas Públicas. Não poupamos esforços no sentido de incentivar processos de capacitação profissional e de enfrentamento da precarização do ensino e do exercício profissional. As visitas de orientação e fiscalização foram realizadas em todas as Regiões do Estado, proporcionando uma exitosa aproximação da categoria com o seu Conselho Profissional. Temos certeza de que será necessário avançar ainda mais e de que precisaremos estar fortalecidos para enfrentar os desafios e as requisições presentes na sociedade atual e o crescente processo de precarização das relações de trabalho.

Destacamos a aprovação da Lei 12.317/2010 que estabelece a carga horária de 30 horas

semanais. Uma conquista histórica para a categoria que tem agora o desafio de permanecer mobilizada na luta pela sua efetivação. Estamos comprometidos no desenvolvimento de estratégias e na realização de ações que garantam este direito a todos(as) assistentes sociais, agindo especialmente nos focos de maior resistência. O Observatório de Acompanhamento disponibilizado no site do CRESS/RS será uma importante ferramenta neste sentido.

Na perspectiva de discussão da atuação da categoria nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nesta edição destacamos o Serviço Social na Educação, principalmente considerando os Projetos de Leis e de Emenda Constitucional que tramitam no Congresso Nacional e tratam a inclusão de profissionais do Serviço Social e da Psicologia nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. Assim como já ocorrido na área da Assistência Social e da Saúde, o GT Serviço Social na Educação busca construir parâmetros de atuação e acumular experiências que possam auxiliar e subsidiar o debate no momento de sua implementação no Estado.

Por fim ressaltamos a aproximação do período eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS, apresentando para você o Calendário Eleitoral das eleições para os Conselhos Regionais e para o Conselho Federal. Fiel às tradições democráticas e de participação, que marcam a trajetória de nossa categoria, alicerçados no nosso Projeto Ético-político, convidamos todos(as) assistentes sociais para assumir o papel de protagonista e exercer o seu direito de atuar efetivamente neste processo.

Gestão ACRESSER

Avançando na Caminhada (2008-11)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O CRESS 10ª Região, no uso de suas atribuições regimentais, convoca os Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul para a Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 11 de novembro de 2010, às 18h (1ª chamada) e às 18h30 (2ª chamada), no auditório do CRESS, sito à rua Cel. André Belo, 452/201, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, com a seguinte pauta:

1. Prestação de Contas e adequação orçamentária;
2. Apresentação e deliberação do Plano de Metas para o exercício 2011;
3. Deliberação sobre as anuidades para o exercício 2011;
4. Informes Gerais.

Fátima R. Carlos Saikoski
CRESS nº 3394 - Conselheira Presidente

Pelotas realiza Encontro Regional de Serviço Social

O curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, com o apoio da Seccional de Pelotas do CRESS/RS, realizou no dia 1º de outubro o I Encontro Regional de Serviço Social, que abordou o tema “Habilidades e Competências do Assistente Social”. Cerca de

200 participantes, dos mais diversos municípios da região, puderam assistir a palestras, apresentações de trabalhos, participar de rodas de conversa e trocar experiências.

Para a vice-presidente do CRESS/RS Márcia de Almeida Rodrigues, eventos como estes são de fundamental relevância para a formação profissional. “Penso que são espaços onde nos reconhecemos entre os nossos pares, para desconstruir e construir novos saberes, poder partilhar nossas experiências com outros profissionais e principalmente com os acadêmicos de Serviço Social. Destacamos a grande participação de estudantes do 2º ao 8º semestre com apresentações de trabalhos sobre a prática nos estágios curriculares e extracurriculares”.



Foto: Assessoria de Marketing da Ucpel

As professoras Dr.ª Vini Rabassa (à esquerda) e Dr.ª Jane Prates (à direita) apresentaram o painel “Discussing Work Processes of Social Service”.

Programação

Após a mesa de abertura e a atividade artística da manhã, os participantes contaram com o painel “Discussing Work Processes of Social Service”, apresentado pelas professoras Dr.ª Vini Rabassa da Silva da UCPel e Dr.ª Jane Cruz Prates da PUCRS. A tarde foi reservada para a apresentação de trabalhos e uma roda de conversas. À noite, o evento foi finalizado com a apresentação do Programa de Redução de Danos e relatos de experiências e a palestra “Tecendo Experiências: Construindo novos olhares para a prática profissional”, com a professora Dr.ª Rosa Maria Castilhos Fernandes e novamente com a Dr.ª Vini Rabassa da Silva.

SUAS – Avanços e Desafios

O protagonismo da categoria dos assistentes sociais no processo de luta pela democratização do país e na construção das políticas sociais públicas e inclusivas foi destacado pela ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a assistente social Márcia Lopes em palestra proferida no dia 28 de setembro na PUCRS. O evento, realizado pela Faculdade de Serviço Social, que integrou as atividades da semana acadêmica, reuniu

mais de duzentos trabalhadores, pesquisadores, professores e militantes da política de Assistência Social.

A ministra ressaltou que o SUAS é a expressão de uma luta histórica que materializa os princípios da Constituição Federal presentes no capítulo da Seguridade Social: a universalização do acesso, a descentralização administrativa e a participação da sociedade. Entretanto,



Foto: Agência Brasil

Ministra Márcia Lopes

“é uma política que está se construindo com as contribuições e reflexões dos diferentes atores neste cenário de disputa política, de correlação de forças e de contradições. A compreensão da Assistência Social enquanto política pública tem apresentado requisições estranhas a muitos gestores”, disse. Ela ressaltou também a importância da Assistência Social se consolidar como uma política de Estado. Para a ministra, o Brasil tem se destacado mundialmente na construção de sistemas públicos estatais, entre estes o SUAS, processo em que esta política se fortalece como uma esfera de proteção social. Nesse fortalecimento, segundo ela, é fundamental um processo qualificado de planejamento e gestão, pautado no preciso diagnóstico das necessidades sociais e na condução do orçamento por uma lógica pública. Para ela a formação na área do Serviço Social está sintonizada com os processos de gestão pautados em diagnósticos e indicadores, sendo atualmente uma área que se destaca na produção de conhecimentos sobre as políticas públicas. Apontou ainda que o processo de ampliação do acesso aos direitos sociais traz requisições eticopolíticas, teorico-metodológicas, técnico-operativas para a categoria, afirmou que o principal desafio do SUAS é o esforço permanente de desconstrução de uma visão conservadora da Assistência Social e de fortalecer o seu potencial de reconhecer as expressões culturais e sociais presentes nos territórios, retirando da invisibilidade um grande contingente de sujeitos sociais.

Campanha pela regularização Inadimplência compromete lutas da categoria

Fotos: Querosene Labs

O CRESS/RS iniciará nos próximos dias uma campanha de regularização das anuidades, com o objetivo de viabilizar a realização de ações previstas no Plano de Metas estabelecido pela categoria. Como é do conhecimento de todos(as), 90% das receitas do Conselho Profissional são oriundas do pagamento das anuidades. Com estes recursos é garantido o funcionamento da entidade e a materialidade das ações e das estratégias que respondem aos interesses e demandas apresentados pela categoria. Entre elas ressaltam-se as capacitações organizadas e realizadas pelos Nuress no interior do Estado, os Seminários e Encontros Estaduais, as Visitas de Orientação e Fiscalização



do exercício profissional nas mais diferentes regiões, os materiais de comunicação para a categoria e de visibilidade da profissão para a comunidade em geral.

Dos cerca de 4.700 profissionais ativos pagantes, cerca de 45% ainda não efetuaram o pagamento da anuidade de 2010 e, aproximadamente, 2.400 assistentes sociais encontram-se com a anuidade de 2009 irregular. Temos ainda cerca de 700 situações de inadimplência referentes ao ano de 2008 e anteriores.

A Campanha de Regularização visa sensibilizar a categoria para a importância do pagamento das anuidades previsto no art.19 da Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional que estabelece no seu art. 22: Constituem Infrações Disciplinares, alínea "C" - deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado.



A produção de materiais informativos e de divulgação do Serviço Social e a realização de eventos e espaços de debate e construção coletiva com a categoria, como o Seminário Nacional do Serviço Social na Previdência (foto) são apenas algumas das ações comprometidas pela falta de adimplência.

Assim, convidamos os assistentes sociais do Estado para que respondam positivamente a esta Campanha de Regularização e atualizem seus débitos junto à secretaria do Conselho. As condições de parcelamento serão facilitadas e podem ser obtidas pelo e-mail: financeiro@cressrs.org.br.

Caxias do Sul realiza curso na área previdenciária

A Previdência Social no contexto da Seguridade Social; Previdência Social: Conceitos, princípios, estrutura e canais remotos; Contribuição à Previdência Social; Prazos e formas de recolhimento; Inscrição e perda da qualidade de dependente; Auxílio doença; Salário maternidade; Pensão por Morte; Aposentadorias por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial; Cálculo de renda mensal do benefício; LOAS, BPC – Benefício de prestação continuada ao Idoso e ao Deficiente. Estes foram alguns temas apresentados no curso de capacitação “Disseminadores das Informações Previdenciárias”, oferecido pela Seccional do CRESS/RS de Caxias do Sul nos dias 22 e 23 de junho, promovido em parceria com a Gerência Executiva do INSS daquela cidade. Cerca de 90 participantes, entre assistentes sociais e profissionais que trabalham com famílias, participaram e fizeram uma avaliação positiva do curso, como

destacou a secretária da Seccional Genessy Gema Bertolini: “o grande desafio a ser enfrentado pelo nosso país é, sem dúvida, o de superar os problemas sociais vigentes. O Programa de Educação Previdenciária tem como principal meta a inclusão de 40 milhões de trabalhadores que se encontram fora dos benefícios da Previdência Social”. Os participantes também aproveitaram para refletir sobre o fazer profissional nas dimensões eticopolítica, teoricometodológica e técnico-operativa na relação da Previdência Social e da Seguridade Social; estratégias de enfrentamento da precariedade das condições éticas e técnicas de trabalho; a importância da luta pela criação do Ato Normativo sobre as atribuições e competências dos assistentes sociais no INSS.



Facilitadores: do INSS: Cristiano Koch e Wilson Dutra; as assistentes sociais Margareth Cataluña, Márcia Sebben, Cristina Silveira Aguiar e Larissa de Bortoli; e a fisioterapeuta Fabiana dos Santos

A capacitação terá continuidade em novembro, com os temas: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a colaboração de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social.

Ética em Movimento no Interior

As cidades de Bagé, Ijuí e Celeiro receberão, ainda este ano, os multiplicadores do CRESS/RS para a realização do curso “Ética em Movimento” com profissionais que residem e/ou atuam nestes municípios. A capacitação, promovida pelo conjunto CFESS/CRESS, está completando 10 anos, sempre buscando como objetivos principais: oferecer subsídios para apreensão crítica da natureza histórica e política da ética social e profissional; contribuir para a incorporação consciente e crítica dos fundamentos, valores e princípios presente no Código de Ética Profissional; contribuir para a consolidação do projeto ético-político dos (as) assistentes sociais nos diferentes espaços de atuação profissional; ampliar o debate ético, compreendendo-o no âmbito da atividade profissional, política e social, dos direitos humanos, ultrapassando a sua dimensão meramente legal e formal.

A vice-presidente do CRESS/RS Márcia Almeida, explica que “como curso de capacitação profissional, o Ética em Movimento busca disseminar e



colocar na pauta de discussões do fazer profissional o debate crítico do projeto ético-político, dando-lhe assim visibilidade e materialidade”. Desenvolvido através de quatro módulos: Ética e Sociedade, Ética e Práticas Profissionais, Ética e Instrumentos Processuais e Ética e Direitos Humanos, cada módulo em sua estrutura aprofunda conteúdos pertinentes ao exercício profissional bem como possibilita uma discussão ampliada do Código de Ética, “documento esse essencial para prática profissional, que cada vez mais deve ser observada e discutida de forma coletiva, na perspectiva de um constante movimento”, ressalta.

Novo curso

Mais um curso de Serviço Social em instituição pública gaúcha foi inaugurado, desta vez em Santa Maria, na UFSM. A palestra “O que é Serviço Social? Desafios e Possibilidades”, precedeu a cerimônia de abertura. Com Unipampa e UFRGS, já somam três os cursos em universidades públicas no nosso Estado.

Eleições no Conjunto CFESS/CRESS: Não abra mão do seu direito!

Estamos próximos de iniciar um processo extremamente importante para a categoria profissional. A partir de novembro (veja o calendário abaixo) inicia-se o processo de eleição para o Conjunto CFESS/CRESS. É um momento de reflexão e de reafirmação do compromisso de cada um(a) e de todos(as) nós com o fortalecimento da nossa entidade. O art. 20 da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8662/93 estabelece a composição dos Conselhos (Federal e Regionais) e define que seus membros serão eleitos de forma direta. Embora o voto não seja obrigatório para os assistentes sociais, ressaltamos a importância de o profissional exercer democraticamente este direito. Muitas foram as conquistas acumuladas pelo Conjunto CFESS/CRESS na sua história

e ainda são grandes os desafios que teremos que enfrentar, especialmente, diante do processo crescente de precarização do mundo do trabalho, na busca de alternativas que assegurem melhoria nas condições éticas e técnicas para o desenvolvimento de nossas atribuições e no processo indispensável de constante capacitação e atualização profissional diante das novas requisições profissionais na sociedade contemporânea.

Nossa categoria tem tradição e protagonismo no campo da democracia e da participação. EXERÇA SEU DIREITO e participe ativamente do PROCESSO ELEITORAL.

Diretoria do CRESS/RS.

CALENDÁRIO ELEITORAL Processo Eleitoral 2011/2014

08 novembro 2010	PUBLICAÇÃO DO EDITAL
08 dezembro 2010	Início da Inscrição de chapa
08 fevereiro 2011	Término da Inscrição de chapas
11 fevereiro 2011	Prazo para deferimento dos pedidos de registro de chapas ou para determinação do cumprimento de diligências, admitindo-se, no mesmo prazo, apresentação de impugnação quanto ao registro de chapa
16 fevereiro 2011	Prazo para cumprimento de diligências pelas chapas e/ou apresentação de contra-razões pelo impugnado
17 a 21 fevereiro 2011	Julgamento dos pedidos de impugnação pela Comissão Regional e dos pedidos de registro que foram objeto de determinação de diligência
22 e 23 fevereiro 2011	Cientificação dos resultados dos registros de chapas
24 a 28 fevereiro 2011	Prazo para apresentação de recurso a Com. Nac. Elei
01 a 03 março 2011	Prazo para apreciação dos recursos pela Com. Nac.
04 março 11	Cientificação da decisão da Comissão Nacional Eleitoral aos interessados
23, 24, 25 março 2011	ELEIÇÕES
28 a 30 março 2011	Prazo para apresentação pela Comissão Regional Eleitoral dos resultados da eleição à Comissão Nacional
31 março a 04 abril 2011	Apresentação do pedido de impugnação do resultado da eleição
05 a 08 abril 2011	Instrução do processo de impugnação
11 a 13 abril 2011	Apresentação das alegações finais
14 a 18 abril 2011	Prazo para decisão da Comissão Regional
19 a 25 abril 2011	Prazo para interposição de recursos a Comissão Regional Eleitoral
26 a 28 abril 2011	Análise dos recursos pela Comissão Nacional Eleitoral e para apresentação dos resultados finais da eleição
29 abril a 03 maio 2011	Período para homologação dos resultados /CFESS
14 ou 15 de maio 11	POSSE

Fórum dos Trabalhadores do SUAS: Projeto começa a ganhar materialidade

O CRESS/RS, representado pela conselheira Elisabete Glassmann, participou da reunião de avaliação dos processos de discussão dos trabalhadores do SUAS, realizada em Brasília (DF) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no dia 31 de agosto. Apesar da diversidade de cenários nos diversos estados brasileiros, o encontro consistiu num esforço para efetivar a consolidação de Fóruns Estaduais. Para a assistente social Leila Thomassim, integrante do colegiado de Coordenação do Fórum dos Trabalhadores do SUAS de Porto Alegre, o qual funciona há um ano, “é necessário consolidar ações coletivas e ampliar a mobilização dos trabalhadores que ainda se encontram muito setorizados”.

Elisabete explica que Encontros Estaduais deverão preceder os Seminários Regionais, visando maior mobilização dos trabalhadores e a eleição dos Delegados, a partir de uma discussão coletiva sustentando uma maior representatividade dos mesmos. “A mobilização deverá considerar o segmento dos trabalhadores que compõe os Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social, fortalecer os canais de interlocução e articulação com as entidades das categorias que estão

compondo o processo. O Seminário Regional está previsto para os dias 4 e 5 de novembro na cidade de Curitiba/PR”, explica.

Nos encaminhamentos do evento, segundo a conselheira, destaca-se a necessidade de envolver os CEAS nos processos de debate constituindo-se enquanto referência no processo de mobilização do Encontro dos Articuladores e do Encontro Estadual, visando garantir o investimento necessário para a participação da delegação de cada Estado no Encontro Regional. Também foi apontada a necessidade do MDS construir documentos norteadores dos temas a serem debatidos nos Encontros Regionais. “Um efetivo processo de mobilização dos trabalhadores deverá garantir e valorizar a legitimidade das representações que serão definidas”, diz ela.

A concretização do processo de participação dos trabalhadores na consolidação do SUAS foi deliberação da última Conferência Nacional de Assistência Social e sua materialização depende da capacidade de protagonismo daqueles que estão comprometidos com a efetivação desta Política Pública.

Serra Gaúcha tem novo Nucess

Mais de 20 assistentes sociais formaram o Nucess Serra, em reunião realizada na cidade de Guabijú. Além desta, o Núcleo abarca profissionais de diversos municípios que compõe o

Costa Curta.

Mais Nucess - No dia 13 de setembro, assistentes sociais se reuniram na cidade de



Grupo que participou da eleição do Nucess Serra

Coegemas/Serra. A coordenação está a cargo das assistentes sociais Anelise Paradinha (coordenadora), Alexandra Castioni (secretária) e Nilza B. Bressiani (tesoureira), com a suplência de Juliane Birk, Adriana Z. Coloritti e Franciele

Camaquã para criar o Nucess Centro Sul, que contará com a participação de colegas dos municípios do entorno. A coordenação provisória será realizada pelas assistentes sociais Ana Maria Vieira Gomes e Iegle Cristiane Vicentim.

Supervisão de Estágio: Fórum já tem data prevista

A Comissão de Formação do CRESS/RS, com a participação da ABEPSS e das Unidades de Formação Acadêmica (UFA), está organizando para a segunda



quinzena de novembro deste ano a realização do Fórum de Supervisores de Estágio do Rio Grande do Sul. Definido no Encontro Estadual de Supervisores de Estágio em Serviço Social ocorrido em 14 de maio passado, o evento pretende contar com um grande número de profissionais comprometidos com o processo de formação, já que se trata de estratégia de valorização e qualificação profissional no enfrentamento à precarização do ensino. Acompanhe a divulgação da data, local e programação pelo site do CRESS/RS.

Mudanças no Registro Profissional

A Resolução do CFESS 582/2010, que incrementou uma série de requisições para a obtenção do Registro Profissional, encontrou algumas dificuldades em sua efetivação. Assim, a normativa foi revisada no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS e então emitida uma nova Resolução (Nº 588, de 16 de setembro de 2010), que dispõe sobre a normatização do exercício profissional.

O registro profissional é requisito para o exercício da profissão, conforme artigos 4º e 5º da Lei nº8662/93, independente da designação do cargo ou função de contratação do profissional, desde que ele exerça funções, atividades e/ou tarefas de atribuições do bacharel em Serviço Social. Os Conselhos Regionais possuem a tarefa de zelar pelo rígido controle da emissão e manutenção dos registros, visando impedir que profissionais não habilitados venham a exercer as atividades ou funções privativas do assistente social.

Veja as mudanças no documento que está disponível no site do CRESS/RS.

ESTAMOS DE OLHO

COFI em ação pelo interior do Estado

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS/RS, por meio de suas agentes fiscais Cleonice Pokorski Stefani e Neorides Bianchini, tem trabalhado incessantemente para atender as normas estabelecidas pela Resolução CFESS nº 512/2007 – que institui a Política Nacional de Fiscalização. No segundo semestre deste ano, foram visitados vinte municípios: São Borja, Itaquí, Garruchos, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, Pirapó, Porto Xavier, XV de Novembro, Roque Gonzáles, Maçambará, Rolador, Santo Antônio das Missões, São Pedro do Butiá, Cerro Largo, Bossoroca, Capão do Cipó, São Miguel das Missões, Salvador das Missões e Mato Queimado. Nestas localidades foram orientados(as) aproximadamente 65 assistentes sociais e visitadas 58 instituições, onde destacam-se os Centros de Referência em Assistência Social, Centros de Apoio Psicossocial, APAEs, hospitais, casas prisionais, abrigos para população infantil e de idosos, agências do INSS, Comarcas do Poder Judiciário, ONGs e pólos de Ensino à Distância (EAD).

Entre os dias 23 e 28 de maio, a Fiscalização também visitou os municípios da região de Ijuí. No total foram 20 localidades, das quais diversas entidades empregadoras foram orientadas quanto às atribuições e competências do assistente social. Destacam-se as reuniões com as gerências do INSS de Ijuí e Santo Ângelo, em que foram tratadas questões sobre atribuições e condições para o exercício da profissão nas respectivas agências. Espaços como hospitais, APAEs, ONGs, além dos CRAS, CREAS, Secretarias de Saúde também foram visitados. “É significativo o aumento do número de profissionais em comparação com os três anos anteriores. Em alguns municípios, este número triplicou, além da abertura de novos postos de

trabalho, como no caso de Santo Augusto”, destaca Neorides Bianchini.

Os campos de estágio receberam atenção especial das agentes fiscais uma vez que, para elas, o estágio constitui-se em uma das mais importantes fases da formação; “O aluno tem direito a um espaço de prática que potencialize e qualifique sua formação e onde o supervisor tem a responsabilidade de atuar e supervisionar de forma a contribuir com a formação plena e reflexiva deste futuro profissional”, diz Neorides, que esteve em reunião com os alunos da Unijuí e em visita ao Pólo da Unopar.

Ainda este ano deverão ser visitados os municípios da região Litoral Norte, compreendendo: Balneário Pinhal, Palmares do Sul, Capivari do Sul, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Caraá, Maquiné, Riozinho, Xangri-lá, Capão da Canoa, Terra de Areia, Itati, Arroio do Sal, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul, Três Forquilhas e Mambituba. Na Grande Porto Alegre, a COFI estará em Gravataí.

As agentes fiscais ressaltam a importância das visitas institucionais de rotina que, além de fortalecer a profissão através das orientações repassadas aos técnicos, possibilita a proximidade com o Conselho



As agentes fiscais em visita a São Borja: da direita para esquerda, a agente fiscal Cleonice Stephani; a assistente social Sônia Maria Grass, do Centro de Formação Teresa Verzeri; a agente fiscal Neorides Bianchini; e a assistente social Carine Trindade Fagundes.

e a visibilidade junto aos gestores. “A importância deste trabalho é destacado pelos(as) assistentes sociais que solicitam a continuidade sistemática do processo de visitas”, diz Cleonice Stefani.

A COFI tem como função prevista na legislação do Serviço Social: propor e realizar atividades preventivas de orientação e discussão junto aos profissionais e instituições, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Fiscalização e Plano de Ação, bem como realizar visitas de averiguação de irregularidades em entidades públicas e privadas prestadoras de serviços específicos relativos ao Serviço Social ou que possuam setores denominados “Serviço Social”.

Faça contato com a COFI pelo email:
cress10.fiscal@terra.com.br

Sociojurídico

A conselheira Andrea Mantese Paul está representando o CRESS/RS no GT Nacional Sociojurídico, formado pelo CFESS e representantes dos CRESS de todas as regiões do país. A primeira reunião do grupo ocorreu em 18 de agosto, na sede do CFESS, em Brasília/DF. A criação deste GT atende a Deliberação nº 18 da Fiscalização Profissional, conforme o 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Campo Grande/MS em 2009 e encaminhamen-

to do Encontro Nacional Sociojurídico realizado em Cuiabá/MT no mesmo ano. Para Andrea, um dos objetivos do GT é definir parâmetros de atuação dos assistentes sociais no campo sociojurídico, porém a reflexão que antecede é a definição do “campo, área ou sistema” sociojurídico, bem como suas especificidades e abrangência. “Há intenção de mapear junto aos CRESS o número de profissionais da categoria em relação a demanda do Serviço Social em

cada instituição”, explica.

“Neste sentido é importante que todos/as profissionais mantenham seu cadastro atualizado no CRESS, o que pode ser realizado diretamente no site, onde outras informações acerca deste trabalho serão socializadas”, reforça ela.

O DVD do Encontro Nacional Sociojurídico está disponível aos interessados no CRESS/RS.

Ajude a implementar a lei: 30 horas semanais, sem redução de salário!

A grande mobilização da categoria pela votação, aprovação e sanção do PLC 152/2008, que veio a se tornar a Lei 12.317/2010, fixando a carga horária dos(as) assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução de salário, é um marco recente na história da nossa profissão. A luta agora é pela efetiva implementação da nova lei na realidade de todos(as) profissionais do Serviço Social, visando melhores condições de trabalho e maior qualidade no atendimento a população usuária.

Precisamos reafirmar que a redução da jornada de trabalho para os(as) assistentes sociais se justifica em virtude destes profissionais estarem submetidos a longas e extenuantes jornadas, realizando atividades que provocam estado de profundo estresse, diante da convivência, minuto a minuto, com o limiar entre vida e morte, dor e tristeza, choro e lágrima. Ao lado do médico e do enfermeiro, o(a) assistente social apresenta um dos maiores índices de estresse, fadiga mental, desgaste físico ou psicológico.

A implementação da lei está em consonância com os nossos princípios ético-políticos e profissionais e, por isso, defendemos coletivamente a redução da jornada de trabalho para todos(as) os(as) trabalhadores(as)

brasileiros(as) e nos somamos às demais profissões na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para toda a classe trabalhadora, pela defesa de concurso público, por salários compatíveis com a jornada de trabalho, funções e qualificação profissional, estabelecimento de planos de cargos, carreiras e remuneração em todos os espaços sócio-ocupacionais, estabilidade no emprego e todos os requisitos inerentes ao trabalho, entendido como direito da classe trabalhadora.

Além das ações estabelecidas nacionalmente, o CRESS/RS estará realizando ações junto às entidades representativas que congregam grande número de empregadores da categoria, visando contemplar as particularidades do nosso Estado.

Foto: Diogo Adjuto/CFESS



O PL das 30 horas foi aprovado graças à pressão dos assistentes sociais que estavam em Brasília, de 31 de julho a 5 de agosto, participando do XIII CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). O conjunto CFESS/CRESS, articulado com Abepss, Enesso e movimentos sociais, organizou um ato público na Esplanada dos Ministérios, no dia 3 de agosto, que reuniu milhares de profissionais.



Para auxiliar a categoria na divulgação da nova lei, está disponível no site do CFESS (www.cfess.org.br) o material que dá publicidade à campanha: cartaz, adesivo e banner.

A criação do Observatório das 30 horas, disponível no site do CRESS/RS, é um dos instrumentos de monitoramento do processo de efetivação desta conquista além de contribuir como estímulo nos processos de sensibilização dos gestores nas diferentes esferas. Assim solicitamos que os(as) colegas informem a situação atual junto aos seus empregadores por meio do e-mail: coordenadora@cressrs.org.br de forma que possamos noticiar e dar publicidade aos locais que vem se comprometendo com os profissionais do Serviço Social nesta grande conquista que visa a qualificação da ação profissional. Com esta ferramenta também poderemos identificar locais ou segmentos de maior resistência, racionalizando e potencializando nossas ações.

Recomendamos aos(as) assistentes sociais a comunicação oficial a sua instituição, entidade ou movimento ao qual encontra-se vinculado(a), anexando a cópia da respectiva publicação, requerendo seu direito legítimo

Estratégias para implementação das 30h

O 39ª Encontro Nacional CFESS/RESS definiu ações políticas e estratégias para garantir o cumprimento da nova legislação:

1

Encaminhar correspondência do CFESS aos colegiados de gestores da saúde e da assistência social; aos empregadores públicos e privados no âmbito federal, municipal e estadual; aos assistentes sociais para mobilização e luta em defesa do cumprimento da lei 12.317/2010;

2

Enviar ofício e agendar reunião com Ministério Público do Trabalho para dar ciência da Lei e solicitar a fiscalização no seu processo de implementação;

3

Agendar audiências junto ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Governadores dos Estados e Gestores públicos Estaduais e Municipais;

4

Constituir um "Observatório das 30 horas para os Assistentes Sociais";

5

Acompanhar Editais de Concurso Público e processos seletivos para Assistentes Sociais, verificando o cumprimento da nova legislação;

6

Realizar articulação com organizações dos trabalhadores;

7

Realizar visitas aos locais de trabalho dos Assistentes Sociais pelas COFIs;

8

Elaborar documento sobre o movimento histórico da luta pelas 30 horas;

9

Elaborar carta aberta/ofício dirigida às diversas Secretarias de Estados e Prefeituras Municipais bem como, organização dos trabalhadores, entidades e movimentos sociais;

10

Realizar reunião ampliada com os assistentes sociais por meio da Comissão de Segurança Social e/ ou Assembleia da categoria.

e legal, bem como, mobilização das suas entidades de luta dos seus direitos individuais (associações e sindicatos) para assegurar esta importante conquista no campo dos direitos trabalhistas. Deveremos considerar as diversas possibilidades para o cumprimento das 30 horas/semanais (escalas, turnos, rodízios, etc..), observando a necessidade de não prejudicar os(as) usuários(as) dos serviços. Finalmente, é importante ressaltar que em toda e qualquer negociação realizada entre empregadores(as) e assistentes sociais, por meio de seus representantes legais ou não, faz-se necessária a formalização dos acordos, preferencialmente através de ato administrativo formal, constando as responsabilidades, direitos e deveres das partes, evitando-se violações e/ou constrangimentos futuros.

A mobilização continua. Vamos fazer valer este direito da categoria!



Foto: Diogo Adjuto/CFESS

Informe se a sua instituição empregadora já implantou a Lei 12.317/10 através do email coordenadora@cressrs.org.br e ajude a atualizar o Observatório das 30 horas, disponível no site do CRESS/RS.

Encontro Nacional é embalado pela vitória

A conquista do PL das 30 horas (LEI 12.317/10) e a despedida das gestões do CFESS e dos CRESS deram o tom do 39º Encontro Nacional do Conjunto, realizado entre os dias 9 e 12 de setembro, em Florianópolis, Santa Catarina. A emoção tomou conta de todos os debates, em que vitórias recentes foram lembradas, como a luta pela aprovação e sanção do Projeto de Lei que garante jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário, para os assistentes sociais; a conquista de 450 vagas no concurso do INSS e deliberações históricas foram comemoradas, como a defesa da legalização do aborto. O evento contou com delegações de todas as regiões do país, somando 277 participantes dentre delegados, observadores, convidados e palestrantes.

o Código de Ética Profissional completará no ano que vem e mostrou o quanto ele é debatido, criticado, constantemente ressignificado, sofrendo o arejamento da realidade. “Isso mostra que não somos fundamentalistas, mas estamos em sintonia com as transformações da sociedade”. Para ela, a legislação do Serviço Social é bastante avançada e não fala apenas para a categoria, mas tem um projeto para a sociedade.

A professora Silvana fez um apanhado dos instrumentos do conjunto que buscam enfrentar “a barbárie do capitalismo” e sua consequente precarização da formação e do exercício profissional. Exemplificou com as recentes resoluções do CFESS, os seminários regionais e nacionais, os espaços

de representação, as campanhas do conjunto, o curso “Ética em Movimento”, que completa uma década este ano, a mobilização pela aprovação dos Projetos de Lei, e outros além da própria legislação profissional – Projeto-Ético Político, Lei de Regulamentação e Código de Ética.

Outras perspectivas da precarização foram abordadas na mesa-redonda “Política Nacional de Estágio da ABEPSS e estratégias conjuntas de luta em defesa da formação e do trabalho com qualidade”, em que contribuíram a Coordenadora Nacional de Graduação da ABEPSS, professora Sâmya Rodrigues Ramos, e a vice-presidente do CFESS Sâmbara Paula Ribeiro.

A professora Sâmya destacou que a Política Nacional de Estágio possui um conteúdo didático construído coletivamente através de debates e propostas de todo o Brasil. Porém, a grande diversidade do país foi um dos maiores desafios deste instrumento. “Enquanto para algumas re-

giões a Política significa um avanço, para outras não, já que estão mais à frente no processo”, ponderou. A conselheira Sâmbara falou da crise pela qual atravessa o trabalho atualmente, ressaltando a precarização, fragmentação e terceirização destes espaços. Para enfrentar isso, é preciso, segundo ela, investir na formação profissional. “Esta é uma das principais frentes de luta do Serviço Social. Pensar nisso é pensar na qualidade da profissão”, disse. Uma delas, é o enfrentamento da precarização do ensino tanto na modalidade de Ensino à Distância (EAD) quanto presencial, e a mercantilização do ensino que desconsidera a importância e indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa e Extensão. Sâmbara também apresentou resultados da luta neste campo, como consequências também do Plano Nacional de Fiscalização e da Resolução 533/2008 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Ações afirmativas

A última mesa-redonda tratou do tema “Limites da igualdade e do respeito à diversidade humana no capitalismo: as políticas de ações afirmativas e o Projeto Ético-Político profissional”, da qual participaram a assistente social do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz/RJ Roseli da Fonseca Rocha e a conselheira do CFESS e integrante da Coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza/CE professora Marylucia Mesquita. O foco da primeira palestra foi a política de ações afirmativas para a população negra e sua importância para o Serviço Social. Roseli Rocha iniciou sua fala trazendo dados estatísticos que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil e, ainda em maior grau, a discriminação da mulher negra em relação aos demais grupos.

O fortalecimento das lutas populares e o reconhecimento da liberdade como valor ético central, bem como a defesa intransigente dos Direitos Humanos, são princípios que mostram a relevância da defesa dessas políticas, segundo Roseli. Para ela, é em busca disso que as Ações Afirmativas devem ser apreendidas pelo conjunto da categoria. “Há uma estreita relação entre os princípios do nosso Código de Ética Profissional, das Diretrizes Curriculares e as

Foto: Cassiano Ferraz



Cerca de 300 participantes de todo o país estiveram presentes

Estratégias de resistência

Na abertura, o tema “Estratégias de resistência frente à precarização da formação e do exercício profissional: atualidade do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão”, apresentado pela professora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Dra. Beatriz Paiva e pela Coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS, a professora da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos, suscitou grandes debates com a plateia. A professora Beatriz lembrou os 18 anos que

Foto: Cassiano Ferraz - CRESS/SC



lutas anti-racistas nesse país”, defendeu.

A conselheira do CFESS e mestre em Serviço Social Marylucia Mesquita destacou que o Projeto Ético-Político se constrói na luta em defesa de interesses do trabalho, em articulação com movimentos sociais e na defesa intransigente dos Direitos Humanos, em favor da equidade e da justiça social. Ainda, “no intuito de eliminar todas as formas de preconceito, tratando-se de um projeto profissional que se vincula ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero”. Para ela, os fundamentos do Projeto Ético-Político profissional devem mobilizar a categoria para apreender, nas contradições, maneiras que tornem possível o “exercício da política e da profissão como possibilidade de intervir no cotidiano e fortalecer as trincheiras de combate a todas as formas de opressão e dominação”.

Democratização da comunicação já!

Resistir e criar estratégias que viabilizem a elaboração de um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil, buscando a implementação de uma comunicação pública e realmente democrática, desvinculada dos grandes grupos de mídia. Estes foram alguns dos ideais defendidos no 2º Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, realizado no dia 8 de setembro, abrindo o 39º Encontro Nacional. Assessores de comunicação e conselheiros das comissões de comunicação dos Conselhos Regionais estiveram presentes para discutir os rumos da comunicação do país e do próprio conjunto.

Veja alguns destaques:

Mesa-redonda “Comunicação e democracia em tempos do capital fetiche”:

Profº da UnB e articulista do Observatório de Imprensa Dr. Venício Artur de Lima - “Na retórica neoliberal, o Estado é o principal inimigo das liberdades. Além da total ausência de regulação dos meios de comunicação, há também a tentativa de impedimento de ampliação do processo democrático, por isso as críticas à conferência de comunicação. E o protagonista de tudo isso é a ‘velha mídia’”.

Foto: Cassiano Ferraz - CRESS/SC



Mesa-redonda sobre comunicação e democracia e roda de conversa com assessores dos CRESS

Mesa-redonda “Política de Comunicação para o Conjunto CFESS-CRESS: se muito vale o já feito mais vale o que será”

Coordenadora da Comissão de Comunicação do CFESS Kênia Augusta Figueiredo - “Precisamos reforçar a importância da Política de Comunicação para o Conjunto durante esse Encontro. É necessário, também, que avancemos na constituição de nossas assessorias, que nos tornemos fonte para a mídia, seja comercial, seja alternativa. É essencial definir o papel de nossos profissionais de comunicação. O projeto político de nossa profissão prevê princípios éticos que incluem a democratização do acesso à informação. Portanto, a luta pela democratização da comunicação tem uma relação cotidiana com o assistente social”.

Assistente social e assessor político do CRESS-RJ Jefferson Lee

“Não há como democratizar a comunicação sem participação da sociedade. Nesse processo, é preciso firmar o papel do Serviço Social na luta por uma comunicação pública e de qualidade. Hoje, 85% dos veículos brasileiros estão concentrados nas mãos de nove grupos familiares. A propriedade cruzada domina a realidade do país”.

Jornalista e doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco Profª Ana Veloso - “É imperativa a mobilização de sujeitos capazes de produzir uma escrita, um discurso e de promover uma ação política positiva junto ao Estado”.

Veja algumas das principais deliberações de cada eixo temático

O Encontro Nacional do Conjunto, de acordo com o que estabelece o Estatuto, ocorre anualmente com a participação de Delegados eleitos em assembleia geral, na proporção de 50% de representantes dos integrantes da diretoria dos Regionais e 50% de assistentes sociais de Base, de acordo com o número total de inscritos ativos. Objetiva oportunizar um espaço democrático para que os Conselhos Regionais rediscutam e reelaborem as deliberações de cada eixo temático, debatidos amplamente com a categoria e sistematizados nos encontros descentralizados de cada Região.

Formação Profissional

Fortalecer a articulação entre a formação e o exercício profissional, estimulando a criação de mecanismos para qualificação profissional como requisito para valorização da profissão. Defende o projeto de formação profissional, referenciado nas diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS e estabelece articulação com ABEPSS e ENESSO para defesa da formação profissional com qualidade.

Relações Internacionais

Fortalecer o Serviço Social para além das fronteiras nacionais, e dar visibilidade ao projeto Ético-Político e à direção social da profissão. Articula o Serviço Social na América Latina e Caribe e se dedica a debater e formular parâmetros éticos comuns no âmbito dos países do Mercosul, por meio da participação no Comitê Mercosul de Trabalhadores Sociais. Veicula os princípios e valores do Projeto Ético-Político Profissional no mundo por meio da participação na direção da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS).

Administrativo-Financeiro

Acompanha as receitas devidas aos Conselhos pelas pessoas físicas e jurídicas, propondo a adoção de medidas administrativas, legais e estratégias políticas para que mante-

nam a sua capacidade de arrecadação. Por meio de um trabalho articulado com o Conselho Fiscal, o controle fiscal interno, vem conduzindo uma política de qualificação gerencial e aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle democráticos, com resultados significativos expressos no equilíbrio fiscal do CFESS. Essa ação tem como referência fundamental os princípios de transparência, gestão democrática, competência técnica, compromisso político, responsabilidade, postura ética, direção social da política e participação de todos os conselheiros nas discussões e viabilização das ações.

Seguridade Social

Intervenção qualificada e crítica dos assistentes sociais como trabalhadores que atuam em todas as políticas sociais e em diversos campos sócio-ocupacionais, formulando respostas às múltiplas expressões da questão social que constituem objeto de trabalho profissional. Dar ênfase na concepção de um amplo padrão de seguridade social, universal, redistributivo e de responsabilidade estatal e fortalecimento das políticas de trabalho e emprego, habitação e educação.

Ética e Direitos Humanos

Análise crítica e estratégica dos direitos humanos como mediação para a defesa de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade, com a perspectiva de conhecer as reais condições de vida da população e buscar formas de intervir na defesa de direitos e contra todos os processos de degradação da vida humana.

A conselheira Elisabete Glassmann, que integra a Comissão de Ética e Direitos Humanos do CRESS/RS, destaca a aprovação de que os CRESS possam assegurar ao assistente social, quando solicitado, o nome social na carteira de identidade profissional de modo a garantir o direito à identidade de gênero. Também o aprofundamento das lutas pelas ações afirmativas para a população afrodescendente, pelo movimento e defesa da política nacional para a população em situação de rua e pela legalização do aborto. "Estas deliberações revelam que a categoria tem compro-

misso com o direito à diversidade e à cidadania", afirma.

Fiscalização Profissional

Enfatiza e normatiza ações de orientação e fiscalização do exercício profissional, na perspectiva de valorizar, defender, garantir e ampliar os espaços de atuação profissional, e propiciar condições adequadas de trabalho e qualidade de atendimento e defesa dos direitos da população.

"Diante da demanda do Poder Judiciário nas comarcas do interior dos estados, requisitando assistentes sociais para elaboração de laudos e pareceres, no Encontro Nacional, a categoria aprovou a proposta de aprofundar estudos e definir ações relativas às situações de profissionais que atuam nas prefeituras e recebem intimação para estas tarefas. Entre as ações está a elaboração de um estudo jurídico, pelo CFESS, que verifique as implicações decorrentes desta prática", destaca a conselheira Andrea Mantese Paul.

Comunicação

Criar mecanismos para engajar o Serviço Social na luta pela democratização da comunicação no Brasil, em diálogo com outros movimentos sociais, entidades e demais instâncias de trabalhadores organizados, buscando assegurar o direito humano à comunicação como um direito da categoria e da sociedade.

Para a conselheira e membro da Comissão de Comunicação do CRESS/RS landara Costa, a realização do 2º Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto foi um passo importante no amadurecimento da Política Nacional de Comunicação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social. "Saímos deste encontro com um desafio ainda maior de trabalhar pela democratização da comunicação, além de fazer chegar a informação qualificada para toda a nossa categoria".

No site do CRESS/RS está publicado o relatório final do 39º Encontro Nacional.

www.cressrs.org.br

Acresser - Avançando na Caminhada Conquistas, avanços e muitos, muitos desafios!

Esta é a última edição do jornal CRESS Informa sob a gestão Acresser - Avançando na Caminhada (2008-11). Por isso, a diretoria aproveitou este espaço para dar um feedback à categoria sobre as principais ações desenvolvidas ao longo destes quase 3 anos de muito trabalho, esforço, dedicação e intensos desafios, alguns deles superados com sucesso, outros ainda por superar.

2008

A gestão assumiu o CRESS em janeiro de 2008, já com a tarefa de organizar o **2º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais**, que se consolidou como evento marcante da Semana do Assistente Social, em meados de maio. Naquele ano, o conjunto debatia questões como o Controle Social, o Depoimento Sem Dano, a elaboração da resolução sobre Supervisão Direta de Estágios em Serviço Social, a expansão do EAD, e construía ações como a abertura de concurso no INSS para 900 vagas, a normatização da formação e funcionamento dos Nucess, entre outras.

No mesmo ano, foram comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, data marcada pela realização do **“Ciclo de Debates”**, promovido pela recém-criada Comissão de Ética e Direitos Humanos. A Comissão de Seguridade Social promoveu também a palestra **“O Controle Social como Instrumento de Garantia de Direitos”**, que integrou a programação do Encontro dos Representantes do CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direito. No encontro seguinte, foi realizado o painel **“Orçamento e financiamento das políticas públicas e de direito com ênfase na Assistência Social: desafios para o Controle Social”**.

Na área da comunicação, em 2008, foram reali-

zadas três edições do **CRESS Informa** – junho, setembro e dezembro – que ganhou uma “nova cara”: **projeto gráfico mais leve**, moderno e colorido. Novas editorias também foram adotadas como o **“Estamos de olho”** que traz as principais ações da COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização) e o



“CRESS na Luta”

que aborda, a cada edição, campanhas de cunho social, como defesa do Meio Ambiente e sustentabilidade, saúde da mulher, movimentos sociais, questões étnicorraciais, entre outras. O site também ganhou reformulações, com a implantação de novas páginas: **“Documentos”** e **“Cursos e eventos”**. Alguns impressos foram reeditados, como a **Coletânea de Leis**, de 2005, que foi revista e ampliada, e o panfleto **“O que é o Serviço Social”**, também disponibilizado no site, no formato PDF. Estes e outros materiais passaram a ser confeccionados em papel reciclado.



2009

Os assistentes sociais são uma das poucas categorias a privilegiar espaços de discussão e deliberação democráticos, em que o conjunto dos profissionais decide os rumos da sua profissão. Em 2009, esta tradição foi ameaçada devido à ação judicial movida pelo Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do RS, que questiona a legitimidade da Assembleia Geral da categoria para definir o valor das anuidades e, por conseguinte, a Lei de Regulamentação do Serviço Social. Em vista disso, o Plano de Metas, aprovado em 2008, teve de ser revisto, sofrendo cortes significativos, entre eles, a redução do horário de atendimento das secretarias, a ausência da delegação do CRESS/RS no 38º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS e a redução das edições do CRESS Informa.

Apesar disso, muitas outras ações tiveram continuidade. O 3º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais realizado na Assembleia Legislativa, reuniu cerca de 700 profissionais e inovou em muitos aspectos. Ainda na Semana



do Assistente Social, o CRESS/RS lançou o informativo “Expressão” para dar voz à diretoria do Conselho. A Comissão de Formação promoveu em março o 1º Seminário Estadual de Supervisão de Estágio Profissional em Serviço Social e, ainda no primeiro semestre, aconteceu a 1ª reunião do Conselho Pleno Ampliado, reunindo o Conselho Pleno, representantes dos Nucess e assessorias do CRESS, uma novidade que foi repetida nos semestres seguintes. Novos Nucess foram formados e sete deles tiveram projetos de capacitação financiados pelo CRESS. O Conselho também participou ativamente no atendimento de uma antiga demanda da categoria: a construção dos Parâmetros de Atuação na Política de Saúde.

No segundo semestre, o Conselho realizou o II Encontro Estadual do Serviço Social no Sistema Sociojurídico, com apoio do Ministério Público do RS. Apesar dos cortes na área de comunicação, as duas edições do CRESS Informa (junho e outubro) trouxeram o CRESS na Luta, que abordou a doação de órgãos e a violência doméstica, e levou aos assistentes sociais discussões como as Práticas Terapêuticas, a nova Lei Nacional de Adoção, o Depoimento sem Dano e a descriminalização do aborto.



2010

De janeiro ao final de setembro (data de fechamento desta edição), muito há que se comemorar, apesar dos duros cortes sofridos em função da ação judicial, ainda que esteja em fase recursal. O **4º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais** foi mantido e realizado no auditório do Ministério Público do RS. Graças às parcerias estabelecidas, foi possível confeccionar materiais personalizados, como pastas, canetas, adesivos, cartazes e outros itens que valorizam a profissão.

O CRESS também realizou o **Encontro Estadual de Supervisores de Estágio em Serviço Social**, que encaminhou a formação do Fórum



de Supervisores de Estágio no RS. Esta importante discussão, fruto de um processo de construção coletiva, realizada pela Comissão de Formação do CRESS, Abepss, Enesso e Unidades de Formação Acadêmica, busca construir alternativas para o enfrentamento do processo de precarização do ensino. Esta articulação resultou na realização de dois Encontros Estaduais com a participação de aproximadamente mil pessoas e o planejamento de um terceiro ainda para 2010; a construção de um **link específico** no site do CRESS com a publicização de resoluções, documentos, informativos e atas das reuniões da Comissão de Formação; a participação nos Encontros Nacionais, no ENPESS, nas Oficinas Regionais e Nacionais da Abepss, entre outros eventos.



Outro evento importante foi o **Seminário**

Nacional do Serviço Social na Previdência Social, realizado em parceria com o CFESS, em Porto Alegre.



Em âmbito regional, o Conselho Pleno Ampliado mostrou o avanço no processo de descentralização do CRESS que hoje conta com 15 Nucleos. No encontro, foram entregues os banners com a nova identidade visual dos Núcleos. Nove deles encaminharam projetos de capacitação para financiamento.

Outra ação importante organizada pelo CRESS/RS em conjunto com o Fórum Estadual da Assistência Social Não-Governamental/RS, foi o Encontro Estadual de Assistência Social que abordou "O papel da Sociedade Civil no Controle Social e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais". Em parceria com o GASJ (Grupo dos Assistentes Sociais Judiciários) e o Sindjus/RS (Sindicato dos Servidores da Justiça do RS), o CRESS/RS realizou ações pelo reconhecimento, valorização e manutenção do cargo de Assistente Social Judiciário, além da contratação de novos servidores.

Ainda na área dos eventos, destaca-se a participação do CRESS no **XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** e na luta pela aprovação do PL das 30 horas no Senado, e a realização do **Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS/CRESS da Região Sul**, em Porto Alegre.

Na área da comunicação, **edição de junho** levou as informações do semestre aos assistentes sociais, com destaque para o CRESS na Luta, que tratou do Movimento das Populações em Situação de Rua e a discussão sobre o Serviço Social e a luta pela aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos-3. Ainda este ano, consolidou-se o trabalho do GT de Serviço Social na Educação, tema de que trata a contracapa desta edição.

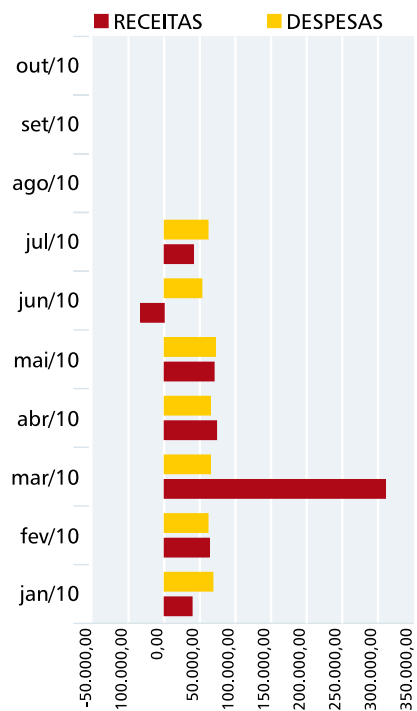
CONSELHO REGIONAL SERVIÇO SOCIAL CRESS - 10ª REGIÃO JANEIRO A JULHO DE 2010

RECEITAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	484.520,51	86,10%
RECEITA PATRIMONIAL	24.641,83	4,38%
RECEITAS DE SERVIÇOS	53.607,19	9,53%
RECEITAS DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA E ENCARGOS	0,00	0,00%
TOTAL DO GRUPO	562.769,53	100,00%

DESPESAS		
PESSOAL CIVIL	117.807,17	26,45%
DESPESAS VARIÁVEIS	62.220,89	13,97%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	47.254,99	10,61%
MATERIAL DE CONSUMO	11.267,21	2,53%
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	40.439,23	9,08%
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	154.387,81	34,66%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	433.377,30	97,30%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.108,78	2,27%
DESPESAS DE CAPITAL	1.900,85	0,43%
TOTAL DO GRUPO	445.386,93	100,00%

SUPERAVIT DO PERÍODO R\$ 117.382,60

	RECEITAS	DESPESAS
jan/10	39.057,88	68.704,92
fev/10	62.747,87	61.248,04
mar/10	309.816,57	65.675,69
abr/10	73.130,85	64.171,44
mai/10	70.760,47	71.603,63
jun/10	-32.908,29	52.412,04
jul/10	40.164,18	61.571,17
ago/10		
set/10		
out/10		
nov/10		
dez/10		
SOMA	562.769,53	445.386,93



FONTE: ASSESSORIA CONTÁBIL CRESS - 10ª REGIÃO MAIER CONTABILIDADE E AUDITORIA LTDA. - CRC/RS. 2692 * JANEIRO INÍCIO ARRECADAÇÃO ANUIDADES/2008

O Serviço Social na Educação

Vanessa Lidiane Gomes, graduada em Serviço Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), assistente social do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do GT Serviço Social na Educação do CRESS/RS. Email:vanessa.lidi@hotmail.com

Quando me foi solicitado para produzir este artigo, percebi a possibilidade de fazer um ensaio reflexivo, cujo conteúdo expressaria as compreensões iniciais de uma assistente social que tem suas primeiras vivências profissionais na área da educação. Ao experienciar o cotidiano profissional no Colégio de Aplicação da UFRGS, fui constatando que o meu momento de início de carreira e inserção na Política de Educação, marcado por muitas ansiedades e inseguranças, coincidia, de certo modo, com o período histórico vivido pelo Serviço Social nesta Política. Período este marcado pela tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 60/2007, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, exigindo à categoria como um todo pensar acerca do papel profissional e dos parâmetros de atuação na Política de Educação, com vistas à afirmação deste importante espaço de trabalho para o Serviço Social. É neste cenário e com estes propósitos que o Grupo de Trabalho (GT) Serviço Social na Educação do CRESS/RS se constitui e se insere no processo de discussão e construções em âmbito nacional em torno da aprovação do PLC acima referido. Nesse sentido, a participação no GT tem contribuído significativamente no meu processo reflexivo sobre o lugar da profissão na Educação.

A partir da minha inserção nesse espaço sócio-ocupacional, busquei identificar as afinidades entre o ser e o fazer profissional do assistente social e a Educação, visando à compreensão acerca do lugar do Serviço Social nesta Política. O primeiro argumento “encontrado” se referia justamente a essa questão, ou seja, ao fato de a Educação consistir numa Política Pública. Historicamente, as políticas públicas e sociais se caracterizam em espaços privilegiados para a atuação dos assistentes sociais na perspectiva da materialização dos direitos sociais. De tal modo, a inserção na Política de Educação representa para o Serviço Social uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação através de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional. Ademais, cabe enfatizar que a categoria cidadania consiste em finalidade comum entre o Serviço Social e a Educação, a qual inclui, entre os seus propósitos, a formação do educando para o exercício da cidadania, o que possibilita a atuação do assistente social em várias frentes de trabalho.

A justificativa seguinte para a inserção do assistente social na Educação foi percebida a partir da compreensão do processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva ampla. Partiu do entendimento sobre este processo como algo mais abrangente que a relação entre professor e aluno em torno do conhecimento. Além da dimensão cognitiva, o processo de ensino-aprendizagem foi visto em outras duas dimensões, a afetiva e a social, sendo esta última o objeto sobre o qual o Serviço Social precisaria

se debruçar. O cotidiano da escola revela as contradições do sistema capitalista, as quais se manifestam em inúmeras expressões da questão social, como violência, negligência, uso de drogas, falta de acesso a serviços de saúde e de assistência social, falta de proteção à infância e juventude... A partir dessa constatação, é possível afirmar que o social pode interferir de forma expressiva na qualidade da aprendizagem, especialmente se a realidade do aluno não for compreendida pela escola. Assim, o conhecimento específico do assistente social sobre a questão social, somado e integrado à especificidade dos demais profissionais, tem somente a contribuir de forma relevante para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a aproximação à realidade social do aluno, o entendimento sobre a dinâmica familiar e a contextualização ao corpo docente são estratégias fundamentais para o atendimento às necessidades de aprendizagem.

“A inserção na Política de Educação representa para o Serviço Social uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação através de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional.”

Outra estratégia indispensável a compor o processo de trabalho do assistente social na Educação consiste na articulação com a rede social. O conhecimento acerca dos recursos existentes e da realidade da região em que se situa a escola, se constitui numa ação basilar do trabalho profissional nesse espaço, com vistas ao levantamento de alternativas para atendimento às necessidades sociais de alunos e suas famílias, bem como para inserção nas construções coletivas de fomento às políticas públicas e sociais da região. Desse modo, o assistente social acaba, também, por favorecer a aproximação da escola com a comunidade, tornando-a mais presente e participativa no meio social em que atua.

Além disso, a Educação possui, notoriamente, interface com a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que caracteriza a escola

como um espaço potencial para a identificação da violação a esses direitos e de articulação do sistema de proteção à infância e à juventude. Certamente, o assistente social tem muito a contribuir na viabilização desta articulação, mediante a socialização do seu conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos de proteção com a comunidade escolar e, também, no contato direto com estes órgãos.

Finalizo esse elenco de justificativas para a inserção do Serviço Social na Educação, fazendo referência à categoria contradição. A escola é constituída por forças contraditórias, que expressam interesses antagônicos quanto aos rumos da educação e da sociedade, seja na perspectiva da transformação ou da reprodução do sistema vigente. Todavia, considero esta contradição no seu aspecto positivo, ou seja, como possibilidade para a construção gradativa e necessária do espaço do Serviço Social nessa Política, visto que a materialização do projeto ético-político mantém forte relação com a efetivação do direito à educação.